



Defendendo a dignidade humana: Abordando os graves abusos de direitos humanos no sector extractivo de Moçambique

- Nos últimos anos, o Governo de Moçambique tem feito esforços louváveis para abraçar iniciativas que promovem negócios e direitos humanos, como a adesão à Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extractivas (EITI)¹ e o trabalho em curso para se tornar membro da Iniciativa dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos². Apesar desses passos positivos, Moçambique continua a registar casos de abusos de direitos humanos e insatisfação das comunidades que vivem nas proximidades das zonas de extracção de recursos naturais.



© DWJ/ Beck

¹ <https://eiti.org/countries/mozambique>

² <https://www.chathamhouse.org/2021/11/mozambique-and-voluntary-principles-security-and-human-rights>



- A exploração de carvão mineral no distrito de Moatize, em Tete, tem sido motivo de grande preocupação para a população local. Recentemente, a TV Sucesso relatou um caso de poluição da água causada pela mineração do carvão. A extracção do carvão mineral tem causado uma série de problemas ambientais e sociais nessa região, afectando a qualidade de vida das comunidades locais.

A população de Moatize reclama da poluição da água que tem sido utilizada para o consumo humano e irrigação de plantações. Resíduos tóxicos resultantes da mineração do carvão têm contaminado rios, lagos e aquíferos na região, tornando a água imprópria para o consumo e prejudicando a saúde das comunidades locais. Além de queixas da população local, estudos feitos em Moatize mostram as graves consequências das actividades de mineração no ambiente, na saúde e nos meios de subsistência das comunidades. Esses estudos expuseram a poluição das fontes de água, a devastação dos ecossistemas e o impacto no bem-estar dos residentes³.

³ <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2666765722000503>



A pesar da abundância de conhecimento e evidências, parece não haver soluções efectivas para enfrentar essas questões urgentes. As vozes das comunidades afectadas têm sido amplificadas através de esforços de advocacia, exigindo justiça e um ambiente limpo, mas esses apelos muitas vezes caíram em ouvidos surdos. A resposta passa por desenvolver e implementar de estratégias abrangentes que priorizem a protecção dos direitos humanos e o bem-estar da comunidade, garantindo que as lições dos estudos anteriores sejam traduzidas em acções tangíveis para um futuro sustentável e justo.

Além de Moatize, a exploração de grafite de Balama, na província de Cabo Delgado, é caracterizada por conflitos laborais, violações e abusos de direitos humanos, além da negação do direito ao desenvolvimento das comunidades. Em Setembro de 2022, mais de 300 trabalhadores da Twigg Exploration & Mining Lda entraram em greve para reivindicar melhores condições de trabalho, incluindo aumentos salariais, licença anual (licença disciplinar), reconhecimento e valorização de qualificações profissionais. As queixas incluíam a existência de diferenças salariais entre trabalhadores locais e das outras províncias do país, que supostamente são mais bem pagos e melhor considerados pela administração da empresa. Dos trabalhadores envolvidos na greve que paralisou as operações por um mês (de Setembro a Outubro), 23 foram expulsos em Novembro de 2022⁴.

Esses exemplos demonstram como as empresas, no lugar de melhorar a vida das comunidades locais e promover o desenvolvimento, têm exacerbado as suas dificuldades. A mineração de carvão mineral e de grafite, práticas que causam poluição, também devastam terras e florestas preciosas, destruindo os meios de subsistência das comunidades que dependem desses recursos naturais para a sua sobrevivência. É de extrema importância que as empresas que actuam no sector extractivo estejam plenamente conscientes de que seus triunfos nunca devem ocorrer à custa do bem-estar das comunidades ou do desrespeito pelos seus direitos fundamentais.

O peso da responsabilidade recai sobre o Estado que tem o dever de proteger a sua população contra abusos de direitos humanos perpetrados por empresas envolvidas na extracção e exploração de recursos naturais. Ainda assim, o Estado tem falhado em cumprir com esse dever, deixando as comunidades vulneráveis às acções prejudiciais dessas empresas. A ausência de supervisão adequada e regulação abriu caminho para um ambiente onde os interesses corporativos têm prioridade sobre o bem-estar e os direitos fundamentais das comunidades afectadas. As consequências dessa lacuna regulatória são amplas e devastadoras, com comunidades suportando as consequências dos impactos sociais, ambientais e de saúde causados por uma exploração não bem regulamentada.

Sem supervisão e regulação adequadas, as empresas operam num ambiente de impunidade, muitas vezes priorizando o lucro em detrimento da dignidade humana. Como resultado, as comunidades sofrem a destruição irreversível de suas terras, a contaminação de suas fontes de água e a degradação de sua saúde e bem-estar. É dentro dessas comunidades que o verdadeiro custo dessa falta de supervisão é sentida de forma mais grave. É um imperativo que o Estado reconheça a gravidade das suas responsabilidades e tome medidas decisivas para corrigir essa falha sistêmica, garantindo a protecção e o bem-estar de seus cidadãos diante do poder corporativo descontrolado.

Em todo o continente africano, algumas nações conseguiram superar desafios semelhantes e abrir caminho para um sector extractivo mais inclusivo e humano. Por exemplo, no sector de mineração do Gana, a implementação de Acordos de Desenvolvimento Comunitário (ADC) possibilitou um diálogo construtivo entre empresas de mineração e comunidades locais⁵. Através desses acordos, as comunidades recebem benefícios sociais e económicos, capacitando-as a participar activamente dos processos de tomada de decisão e moldar a direcção das operações de mineração. Além disso, a Tanzânia tomou medidas para enfrentar os desequilíbrios na distribuição dos benefícios das actividades de mineração⁶. A imposição de impostos sobre

⁴ <https://cartamz.com/index.php/economia-e-negocios/item/11800-trabalhadores-da-mina-de-grafite-de-balama-em-greve>

⁵ <file:///C:/Users/user/Downloads/Ahafo.community.agreement.2018.pdf>

⁶ <https://www.lexology.com/library/detail.aspx?g=b14bbf0b-16e4-491d-9172-0ed5750a343f#:~:text=The%20main%20legislation%20governing%20mining,processing%20and%20dealing%20in%20minerals.>

mineração, juntamente com a alocação de fundos para projectos de desenvolvimento comunitário, garante que as comunidades locais recebam uma parcela justa dos lucros gerados pela extracção de seus recursos.

Moçambique está numa encruzilhada crucial, onde as acções tomadas hoje vão moldar o futuro de seu sector extractivo e o bem-estar de suas comunidades. É essencial que as empresas e o Governo reconheçam o imenso sofrimento suportado por essas comunidades e adotem uma abordagem que coloque a dignidade humana no centro de todas as operações. Para al-

cançar isso, o Governo deve criar um ambiente que promova transparência, responsabilidade e empatia. Regulamentações adequadas devem ser implementadas para garantir a obtenção responsável e a protecção ambiental. As empresas devem se engajar em um diálogo significativo com as comunidades afectadas, valorizando suas perspectivas e abordando suas preocupações. Mecanismos de compensação justa e reparação devem ser estabelecidos para corrigir injustiças passadas. A exploração de recursos naturais não pode piorar a vida das comunidades locais, mas sim contribuir para o seu desenvolvimento sustentável.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beúla
Autor: Hélio Siteo
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

